

*As ciências sociais ao serviço do colonialismo?
A Antropologia aplicada, o auge do indigenismo e sua crise
no México da segunda metade do século XX**

ANTONIO CARLOS AMADOR GIL**

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Este artigo analisa o processo de consolidação da política indigenista no México pós-revolucionário, na segunda metade do século XX. O processo de construção da identidade nacional mexicana é discutido a partir da análise da produção textual de Gonzalo Aguirre Beltrán, um dos intelectuais mais importantes no processo de construção do pensamento indigenista mexicano. Suas obras foram consideradas referências essenciais. Foram fonte de inspiração para os seus seguidores e o alvo principal dos críticos do indigenismo. Este artigo também demonstra algumas das mudanças e variações que a política indigenista sofreu no decorrer do século XX, analisando os mecanismos de contestação interpostos e os seus desdobramentos. Por isso, o artigo discute a crítica ao indigenismo a partir dos anos de 1970 e alguns desdobramentos críticos contemporâneos, a partir do crescimento da antropologia crítica e dos movimentos autônomos indígenas.

Palavras Chave: Índios; Indigenismo; México; Século XX; Identidade Nacional.

Abstract: This article analyzes the process of consolidation of indigenism in post-revolutionary Mexico in the second half of the twentieth century. The process of construction of Mexican national identity is discussed based on the analysis of textual production of Gonzalo Aguirre Beltrán, one of the most important intellectuals in the process of construction of indigenism thought. His works were considered essential references, a source of inspiration for his

* Artigo submetido à avaliação em 25 de outubro de 2012 e aprovado para publicação em 20 de fevereiro de 2013.

** Professor Associado III da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Possui pós-doutorado em História da América. Contato: antonio.gil@ufes.br.

followers and the main target of the critics of indigenism. This article also demonstrates some of the changes and variations that the politics of indigenism suffered during the twentieth century, analyzing the mechanisms of contestation and their ramifications. Therefore, the paper discusses the critics made to the politics of indigenism since the 1970s and some contemporary critical developments, since the growth of the critical anthropology and the indigenous autonomous movements.

Keywords: Indians; Indigenism; Mexico; XX century; National identity.

No México, durante a década de 1930, houve o fortalecimento do indigenismo governamental. No final do mandato do governo de Lázaro Cárdenas, em 1940, foi realizado o I Congresso Indigenista Interamericano na cidade de Pátzcuaro em Michoacán. Este congresso estabeleceu as linhas gerais da política indigenista que serviria de orientação aos Estados latino-americanos que possuíam população indígena. Em termos gerais, pode-se dizer que a política indigenista definida no congresso, baseada no nacionalismo integracionista, se tornou a base das políticas indigenistas estatais.

No congresso também foi aprovada a criação do Instituto Indigenista Interamericano (III) e houve a recomendação de que os países com população indígena criassem seus próprios Institutos Nacionais Indigenistas. Em 1948, durante a gestão presidencial de Miguel Alemán, o México aprovou a lei que criava o Instituto Nacional Indigenista – INI, hoje Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México,¹ e Alfonso Caso tornou-se seu diretor, permanecendo no cargo até 1970. Foi ele quem definiu as características e objetivos do Instituto Nacional Indigenista do México: fazer uma aculturação planejada pelo Governo Mexicano com o propósito de colocar o indígena no caminho do progresso e

¹ Em 21 de maio de 2003, foi publicado, no Diário Oficial da Federação, o decreto que expediu a Lei de criação da Comissão Nacional para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas do México e que anulou a lei de criação do Instituto Nacional Indigenista. O decreto entrou em vigor em 5 de julho de 2003.

de sua integração, que implicava a transformação cultural e econômica das comunidades indígenas.

Na ocasião, os índios deixaram de ser vistos como obstáculos à modernização e foram discutidas políticas que valorizassem as culturas indígenas. Contudo, ao mesmo tempo, não se abandonou o objetivo de levar a cabo a sua ocidentalização. Ora, isto, a nosso ver, se converteu num incrível paradoxo. O propósito da política indigenista formulada em Pátzcuaro, continuava a ser, apesar da nova roupagem discursiva, a incorporação do índio à sociedade nacional, com toda a sua bagagem cultural, “proporcionando-lhes os instrumentos da civilização necessários para sua articulação dentro da sociedade moderna”. Portanto, o seu objetivo político primordial continuava a ser a assimilação paulatina dos indígenas.

Como elementos fundamentais norteadores da política formulada a partir dos anos de 1940, destacamos a continuidade do objetivo principal de integração nacional, porém, agora, matizado pelo uso de alguns elementos indígenas na definição da cultura nacional do México. A política indigenista, que se consolidou no México, mantinha as suas características de aculturação planejada convivendo com uma contradição sempre presente: uma política que faz a exaltação das culturas e da arte dos indígenas mortos e mantém um enorme desdém pelos índios vivos.

A partir dos anos de 1940 e, principalmente a partir dos anos de 1950, podemos citar, como exemplos desta política, os assentamentos étnicos em zonas periféricas, as “regiões de refúgio”, os projetos hidrelétricos e industriais e outros, que visavam eliminar a semi-independência econômica e a identidade cultural dos grupos indígenas, para convertê-los num proletariado rural, isto é, numa massa com consciência de classe, mas desprovida de qualquer sentido significativo de identidade étnica.

Após o governo de Cárdenas, iniciou-se também um processo de asfixia da agricultura camponesa, com uma estratégia de modernização rural

que se caracterizou por uma diminuição da reforma agrária e a reversão das conquistas e compromissos firmados pela legislação agrária de 1917.²

O desenvolvimento da antropologia no México foi bastante marcado pelos intelectuais que deram embasamento teórico à Revolução mexicana. A partir de 1940, com o crescimento das instituições educacionais ligadas ao ensino da antropologia houve a institucionalização e o fortalecimento da antropologia aplicada e das políticas de integração.

Todo este processo de institucionalização da Antropologia fez com que, a partir de então, fosse privilegiada a contratação de antropólogos pelas agências indigenistas. Foi, também, neste período, que houve a criação de um novo modelo que poderíamos chamar de “integração desenvolvimentista” (CASAS MENDONZA, 2005, p. 33). Se no período de 1910-1940 a figura relevante do processo de mediação social foi o “professor”, no período posterior aos anos de 1940, a figura preferencial foi a do “antropólogo” (CASAS MENDONZA, 2005, p. 196).

Neste período, ganha destaque a figura de Gonzálo Aguirre Beltrán. Médico e antropólogo, que estudou temas relacionados aos indígenas que vão da educação, política, economia, à medicina e magia. A obra de Aguirre Beltrán foi profícua e influenciou, enormemente, o indigenismo mexicano e a história mexicana. Seu papel na historiografia pode ser aquilatado pela inclusão de seu nome na obra *Historiadores de México en el siglo XX*, organizada por Enrique Florescano y Ricardo Pérez Monfort, publicada pela editora Fondo de Cultura Econômica em 1995. Nesta obra também há um capítulo analisando a contribuição de Manuel Gamio. Guillermo de la Peña, autor do artigo *Gonzalo Aguirre Beltrán: historia y mestizaje* afirma que, em contraste com a historiografia liberal mexicana que não considerou os índios tanto do passado quanto do presente como sujeitos históricos, Aguirre Beltrán, ao contrário, os considerou como sujeitos e agentes da história. Além disso,

² Uma das conquistas do processo revolucionário foi a promulgação da constituição de 1917. Seu artigo 27 regulamentava a posse das terras coletivas dos ejidos e a proibição de alienação das mesmas, ou seja, garantia aos indígenas o direito de posse de suas propriedades comunais e sua proteção legal.

Aguirre Beltrán defendeu que a história dos povos indígenas americanos é parte fundamental da história mundial moderna e não poderia ser vista, simplesmente, como uma trajetória de opressão e destruição, mas sim como um complexo processo de mestiçagem biológica e cultural. (PEÑA, 1995, p. 190).

Esta perspectiva de trabalho foi delineada pelos trabalhos de diversos indigenistas como Manuel Gamio, Moisés Sáenz e Alfonso Caso que, antes de Aguirre Beltrán, se preocuparam com a questão indígena. Aguirre Beltrán reconheceu e deu valor à esta herança intelectual, contudo Guillermo de la Peña ressalta que Aguirre Beltrán foi o pioneiro ao utilizar explicitamente este enfoque como uma ferramenta sistemática na tarefa moderna de “escrever a história” (PEÑA, 1995, p. 190).

Aguirre Beltrán tem uma trajetória muito peculiar. Nasceu em Tlacotalpan em 1908. Seu pai, que era médico, foi uma grande influência. Segundo Guillermo de la Peña, a partir de relatos do próprio Aguirre Beltrán, a biblioteca paterna influenciou-o profundamente (PEÑA, 1995, p. 191). Em discurso pronunciado em 1957, na Universidade Nacional Autônoma do México, Aguirre Beltrán falou da influência da *Revista de Occidente* em sua adolescência. Ele relata que a revista chegava regularmente e, na biblioteca paterna, acompanhou, por exemplo, os artigos publicados por José Ortega y Gasset, assim como a literatura espanhola e hispano-americana daquele momento. Quando ingressou na universidade, influenciado pela carreira paterna, cursou medicina, e se formou em 1923 (PEÑA, 1995, p. 191).

Durante vários anos exerceu a medicina na pequena cidade de Huatusco, mas não se restringiu à clínica médica. Preocupado com as causas sociais e históricas dos problemas sanitários da região empreendeu, concomitantemente, uma pesquisa nos arquivos locais e analisou uma importante documentação que deixava claro o passado das comunidades indígenas na região e as diversas lutas agrárias devido ao avanço das grandes propriedades e das plantações de café. Este trabalho de pesquisa resultou na publicação do livro *El señorío de Quaubtocho* em 1940 que foi bem recebido pela comunidade acadêmica da época, com resenhas elogiosas de Silvio

Zavala na Revista de História de América e de Irving Leonard na *The Hispanic American Historical Review* (PEÑA, 1995, p. 192).

Manuel Gamio teve um papel importante em sua trajetória intelectual. Em 1942, Gamio era o chefe do Departamento Demográfico da Secretaria de Governo e do Arquivo Geral da Nação e, neste ano, convidou Aguirre Beltrán para dirigir uma pesquisa sobre a população negra em Guerrero. Sua relação com Manuel Gamio ficou bem próxima e quando ele assumiu o Instituto Indigenista Interamericano, Aguirre Beltrán passou a cuidar da chefia do Departamento Demográfico. Foi neste período que Aguirre Beltrán empreendeu uma grande pesquisa histórica sobre os negros do México. Deste trabalho de pesquisa de longa duração, resultaram diversos livros, dentre os quais destacamos *La población negra de México* (1946) e *Cuijla: esbozo etnográfico de un pueblo negro* (1957).

A partir de suas pesquisas, realizou estudos de pós-graduação em antropologia na *Northwestern University* – Illinois, durante os anos de 1945 e 1946, sob a orientação de Melville J. Herskovits que tinha sido orientando de Franz Boas e realizava um grande trabalho de pesquisa sobre o mundo negro nas Américas. Naquele momento, Herskovits era um dos maiores estudiosos da cultura afro-americana e Aguirre Beltrán entrou em contato com um vasta literatura anglo-saxônica sobre relações interétnicas e documentos sobre o tráfico de escravos (PEÑA, 1995, p. 193).

Ao retornar ao México se dedicou ao ofício da antropologia e da pesquisa histórica. Em meados da década de 1940 foi nomeado diretor do Departamento Geral de Assuntos Indígenas (DGAI), subordinado à Secretaria de Educação Pública. Neste período, se envolveu, de corpo e alma, com o fortalecimento e implementação da política indigenista e se ocupou com o “problema indígena”. Aguirre Beltrán ficou pouco tempo no cargo, visto que assumiu como membro do Conselho diretivo do Instituto Nacional Indigenista (INI) após a sua criação em 1948, durante a gestão presidencial de Miguel Alemán. Como pesquisador do Instituto Nacional Indigenista, trabalhou na “*meseta tarasca*” entre 1949 e 1950 e, logo depois, foi indicado para ser o coordenador da região tzeltal-tzotzil, em Chiapas, entre 1951 e 1952.

Aguirre Beltrán trabalhou por bastante tempo no Instituto Nacional Indigenista, e a partir de 1952 assumiu cargos diretivos importantes: foi subdiretor do Escritório Central do INI entre 1952 e 1956 e assumiu sua direção entre 1966 e 1976 (PEÑA, 1995, p. 194). Seu papel no Instituto Nacional Indigenista foi protagônico e indissociável do processo de construção das políticas indigenistas de aculturação e integração dos indígenas nos anos de 1950 e 1960. A partir de 1981 trabalhou no CIESAS (*Centro de Investigaciones y Estudios Superiores de Antropología Social*). Aguirre Beltrán faleceu em 1996.

Como afirma Guillermo de La Peña (1995), Aguirre Beltrán, de uma maneira geral, se preocupou com a questão da pluralidade cultural mexicana. Vemos em seus trabalhos de pesquisa histórica a procura dos fatores que marcaram a desigualdade social no México. Ao pesquisar a história de uma etnia em particular e as relações interétnicas daquele grupo na contemporaneidade, Aguirre Beltrán sempre se preocupou em entender os processos constitutivos daquela situação em sua totalidade, analisando suas causas desde o período colonial. Seus trabalhos também dão destaque ao processo de aculturação da população indígena e ao processo de mestiçagem. Para Aguirre Beltrán, desde meados do século XIX, os grupos étnicos europeus e africanos perderam vitalidade como entidades diferenciadas e se subordinaram ao grupo étnico mestiço que é o grupo protagonista do processo de construção da história e cultura nacionais (PEÑA, 1995, p. 196).

Neste processo, assumia papel privilegiado a política indigenista, visto que, para Aguirre Beltrán, sem esta política, os grupos indígenas estariam fadados a experimentar um processo de mudança sociocultural profundamente desorganizado, sem que houvesse a sua integração produtiva (PEÑA, 1995, p. 197). Isto porque, segundo Aguirre Beltrán, sem a ação do Estado o processo de aculturação seria prejudicado por um contexto de relações interétnicas assimétricas. Aguirre Beltrán ficou muito atento aos processos regionais. Para ele, a subordinação do índio não podia ser compreendida a partir de uma perspectiva individual ou comunitária, mas sim a partir de uma perspectiva regional. Como resultado da colonização espanhola, desde os tempos coloniais, os grupos dominantes mestiços, a

partir de cidades coloniais exerciam um sistema de exploração sobre as comunidades indígenas existentes ao seu redor. Aguirre Beltrán analisou profundamente este processo que designou como mecanismos dominiais (*mecanismos dominicales*) que eram baseados na segregação racial, na dependência econômica, no tratamento discriminatório, manutenção da distância social e ação evangélica impositiva (PEÑA, 1995, p. 198). A partir destas considerações, Aguirre Beltrán criticava a todos que viam o indígena como isolado do mundo mestiço. Para ele só seria possível atuar no processo de transformação destas comunidades se houvesse uma política de transformação das relações de poder e nas relações econômicas existentes na região em que estavam inseridas estas comunidades. Para descrever tal situação, Aguirre Beltrán formula o conceito de “regiões de refúgio”, uma de suas contribuições à teoria antropológica.

Ao adotar o conceito de regiões de refúgio, Aguirre Beltrán procura entender o processo de dominação das comunidades indígenas no México. Para ele a história dos povos indígenas no México é uma história de exclusão mas não de isolamento. Mesmo nas comunidades mais distantes, o dia a dia da comunidade é marcado pela ação de agentes não indígenas envolvidos em algum tipo de ação de aculturação.

A importância do pensamento e da teoria de Gonzalo Aguirre Beltrán pode ser aquilatada pela opinião de um dos mais famosos críticos do indigenismo. Para Díaz-Polanco, Aguirre Beltrán desenvolveu uma perspectiva teórica e prática que foi adotada como “versão oficial e como programa de ação por parte do Estado mexicano” (DÍAZ-POLANCO *apud* SÁNCHEZ, 1999, p. 44-49).³

Aguirre Beltrán publicou diversos livros importantes como, por exemplo, em 1957, “O processo de aculturação e a mudança sociocultural no México” que, para muitos, é a obra base do indigenismo mexicano.⁴ Foi neste trabalho que Aguirre Beltrán definiu um dos elementos principais de sua

³ DÍAZ-POLANCO, Héctor. *Etnia, nación y política*. México: Juan Pablos Editor, 1987. p. 50.

⁴ Consultamos aqui a 4ª edição desta obra publicada em 1992.

teoria, a ideia de integração regional. Para ele, os contatos históricos não conseguiram forjar uma sociedade homogênea de cultura única, uma vez que continuou a existir uma dispersão de comunidades com formas de vida modificadas pela aculturação, mas ainda plenamente identificadas como indígenas. Apesar de alguns considerarem as comunidades indígenas como grupos culturais fechados ou autossuficientes, Aguirre Beltrán ressaltou que não constituíam sistemas culturais autônomos (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 21). As comunidades indígenas se apresentavam como partes de um sistema constituído por um núcleo dominante ladino (mestiço ou nacional) ao redor do qual giravam, como satélites, os povos índios. Ou seja, para Aguirre Beltrán, a maioria dos grupos étnicos da “Mesoamérica” estava inserida num sistema solar de mercado, num padrão de integração regional, regido por uma cidade mestiça. A região *tzeltal-tzotzil* de Chiapas seria um exemplo manifesto (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 165). A função da ação indigenista estaria na aceleração deste processo de integração (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 166).

As relações de interdependência variavam de região para região e se estruturaram paulatinamente desde o período colonial. O processo revolucionário mexicano, segundo Aguirre Beltrán, abalou a velha estrutura devido às mudanças das estruturas políticas, econômicas e agrárias que, até então, davam sustentação ao processo. Para o autor, a revolução mexicana rompeu a barreira que mantinha enclausuradas as comunidades indígenas e permitiu a introdução de transformações econômicas, o avanço da economia capitalista e da educação e saúde públicas. Segundo Aguirre Beltrán, as comunidades indígenas, naqueles anos, estavam sofrendo uma mudança tão rápida e tão revolucionária como a que experimentaram quando da chegada dos europeus no México (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 21).

Foi também nesta obra, que Aguirre Beltrán pôs em relação os processos de mestiçagem e aculturação e defendeu o uso do conceito de aculturação em detrimento do conceito de transculturação, opondo-se a Fernando Ortiz. Para ele o conceito de transculturação valorizava o processo de trânsito de uma cultura a outra, e não poderia dar conta do processo mexicano marcado pela interpenetração das culturas. Aguirre Beltrán alertava

que alguns partiam da falsa suposição de que aculturação indicaria a aquisição de uma cultura distinta. Para ele, aculturação é o contato de culturas, as ideias de separação e de mudança não constituíam o elemento importante mas sim as ideias de contato e de união (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 10-11). O autor cita a definição de aculturação elaborada pelos professores Redfield, Linton e Herskovits a pedido da Associação Norte-americana de Antropologia: A “aculturação compreende os fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos de culturas diferentes entram em contato, com mudanças subsequentes nos padrões culturais originais de um ou ambos grupos” (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 14). A aculturação, portanto, deve ser vista como um processo de mudança cultural que é gerado não somente pelo contato ou influências externas, mas, também, por forças internas engendradas no interior das próprias culturas (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 14). Ao final de uma notável análise histórica do “processo de aculturação” no México colonial e contemporâneo, ele defendeu que as mestiçagens eram o resultado da luta entre a cultura europeia colonial e a cultura indígena. Segundo Aguirre Beltrán, se os elementos opostos das culturas em contato tendiam a se excluir mutuamente, se enfrentando e se opondo uns aos outros, ao mesmo tempo, tendiam a se interpenetrar, a se conjugar e a se identificar. Foi esse enfrentamento que teria permitido a emergência de uma cultura nova - a cultura mestiça ou mexicana - nascida da interpenetração e da conjugação dos contrários. Essa cultura, fruto de um processo de negação, combinação e mistura, desenvolveu-se à custa de um sem-número de vicissitudes que levaram a uma consolidação definitiva com o triunfo da revolução de 1910. Aguirre Beltrán demonstrou em seus trabalhos que a aculturação não se constituiu na adoção mecânica de elementos culturais exógenos, mas sim na reelaboração e reinterpretção destes elementos visto que as comunidades impuseram uma resistência seletiva à sua aceitação (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 29).

Analisando com cuidado as teorias expostas nesta obra de 1957, podemos descortinar as linhas básicas e a força de seu pensamento. Aguirre Beltrán explicou que nenhuma cultura poderia ser compreendida fora do contexto histórico que a explica e lhe dá significação. As bases do contato

somente poderiam ser entendidas com a ajuda da reconstrução histórica. No caso da obra de Aguirre Beltrán, o método etno-histórico lhe ajudou a compreender o contraste entre o passado e o presente. Esse trabalho foi um exemplo da utilização interdisciplinar do método histórico e do método etnográfico (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 17).

Aguirre Beltrán preocupava-se com a elaboração de um procedimento metodológico que facilitasse a investigação do contato cultural determinado por uma política de integração dos grupos étnicos à sociedade nacional que, naquele momento, eram considerados “atrasados”. Se durante o século XIX, as reformas liberais puseram em marcha um grande processo de destruição das estruturas comunais indígenas sem, contudo, criar um programa de integração à comunidade nacional, a força dos movimentos indígena e camponês fez com que o governo revolucionário extinguisse diversos procedimentos coercitivos em relação aos indígenas e aprovasse medidas legais que garantiram a propriedade comunal indígena ou sua restituição, no caso das comunidades que tinham sido desapropriadas. Mesmo com a reafirmação da propriedade comunal, o desenvolvimento econômico mexicano fez com que as comunidades, cada vez mais, entrassem em contato com o mundo moderno. Aguirre Beltrán ressaltou que a relação de duas sociedades distintamente estruturadas num mesmo território gerou um processo de integração local, regional e nacional, em que os grupos em conflito estabeleceram relações de interdependência (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 41). Por isso, seria preciso estudar o processo de uma “forma integral” levando-se em consideração todas as partes envolvidas em todos os seus aspectos sejam econômicos, ecológicos, biológicos, políticos, etc. O autor constatava que as culturas indígenas contemporâneas eram totalmente diferentes das culturas pré-colombianas uma vez que houve grandes modificações na estruturação destas comunidades indígenas devido a uma forte integração regional com as cidades localizadas em seu entorno (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 41).

O movimento revolucionário, para Aguirre Beltrán, pôs em evidência um dos principais problemas do México: sua grande heterogeneidade e diversidade (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 132). Para muitos intelectuais a

nação mexicana era ainda um projeto a ser realizado. A antropologia social, defendida por Gamio e por Aguirre Beltrán, tinha um papel importante e deveria elaborar e implementar uma política social e econômica de integração nacional que se corporificou no indigenismo. Diversos intelectuais, na conjuntura pós-revolucionária, proclamaram a falta de visão social sobre os problemas relacionados à heterogeneidade cultural do México, na medida em que os estudos acadêmicos, até então, não geravam ações práticas que atacassem o problema.

A antropologia, como ciência do homem, deveria tratar das realidades culturais e sociais que existem numa cultura determinada e, no caso mexicano, pesquisar a realidade indígena com sua cultura subordinada e a “realidade mestiça ou nacional” – cultura nacional dominante (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 138). O indigenismo, num contexto de relações interculturais, teria como objetivo a integração regional e nacional. Segundo Aguirre Beltrán, a integração seria o valor supremo que almejam as culturas em contato (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 146).

Aguirre Beltrán procurou definir as influências recebidas pelo indigenismo. Para ele, o indigenismo mexicano recebeu influências do culturalismo norte-americano e do funcionalismo inglês, contudo, segundo Aguirre Beltrán, o indigenismo mexicano se distanciou do funcionalismo associado à dominação imperialista ao se dedicar à tarefa da unificação nacional (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 133), elaborando uma teoria associada aos projetos de desenvolvimento regional, como é o caso dos Centros Coordenadores Indigenistas.

Em 1951, Alfonso Caso indicou Gonzálo Aguirre Beltrán para coordenar o projeto de desenvolvimento integral em Chiapas com a fundação do primeiro Centro Coordenador Indigenista que se instalou em *San Cristóbal de Las Casas*. Enquanto diretor, ele aplicou o que se convencionou chamar política indigenista de desenvolvimento integral. Gonzalo Aguirre Beltrán já tinha tido uma primeira experiência na aplicação de programas com enfoque regional no Departamento Geral de Assuntos Indígenas, e já possuía uma posição crítica da etapa que privilegiou a

incorporação por não ter levado em consideração as diferenças socioculturais e os contextos regionais. (CASAS MENDONZA, 2005, p. 180).

Este foi, segundo Aguirre Beltrán, o primeiro projeto de desenvolvimento regional-integral. A aplicação deste programa de desenvolvimento pressupunha que era impossível considerar a comunidade separadamente e, portanto, era necessário levar em conta o sistema intercultural do qual fazia parte. O desenvolvimento regional priorizou não somente o indígena, mas também o mestiço, ou seja, o sujeito da ação indigenista era toda a população que habitava uma região intercultural. No caso, então, a modernização ou ocidentalização da cidade mestiça era um fator primordial para o “melhoramento” da situação indígena.

A aplicação deste programa de desenvolvimento mostrou, na prática, que não era possível induzir a mudança cultural tomando a comunidade indígena como uma entidade isolada visto que, apesar de sua autossuficiência, ela não era independente, pelo contrário, “era somente um satélite de uma constelação que tinha, como núcleo central, uma comunidade urbana, mestiça ou nacional” (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p.171). Ficou claro, para a política indigenista oficial, que era preciso considerar a comunidade indígena inserida no sistema intercultural, do qual fazia parte.

No decorrer dos anos de 1950, o projeto nacional desenvolvimentista mexicano, considerou a comunidade indígena a partir do conceito de região intercultural. Todos os projetos indigenistas de integração, naquele momento, se relacionavam com os projetos de desenvolvimento integral das diversas regiões interculturais do país. A ação indigenista compreendia a melhoria da região intercultural, englobando índios, mestiços e ladinos, visto que a mútua dependência os conectava tão fortemente que era impossível pensar no melhoramento dos indígenas sem pensar no melhoramento dos mestiços da região. O sujeito da ação indigenista era, portanto, toda a população residente numa região intercultural (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 173). Para Aguirre Beltrán, a modernização da cidade mestiça era um dos principais fatores para conseguir o melhoramento da situação indígena (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 174).

Os novos projetos desenvolvimentistas de integração consideravam a importância do processo educativo e a introdução de novos elementos culturais nas comunidades, contudo o mais importante era o fortalecimento da interdependência e da harmonia das relações interétnicas. Se as comunidades isoladas tinham relações tênues com as cidades ao seu redor e, portanto, eram as menos dependentes, Aguirre Beltrán enfatizou que a política a ser seguida era o rompimento do isolamento. A política indigenista deveria estar voltada para o aumento dos meios de ligação e relacionamento da comunidade com o sistema econômico dominante. O objetivo básico seria a constituição de uma região cultural homogeneamente integrada (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 173).

Aguirre Beltrán afirma que, na dinâmica da aculturação, tem papel de destaque os indivíduos encarregados de conduzir o processo. Para o sucesso da empreitada, era importante que os encarregados por este processo procedessem da cultura subordinada, visto que a aceitação do novo é mais fácil, em termos psicológicos, quando é imposta desde dentro por indivíduos que são da própria comunidade (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 175). Por isso, foi dada muita importância ao recrutamento dos “promotores culturais” e, dentro dos Centros Coordenadores, foram criadas escolas formativas de promotores culturais. A direção destes centros coordenadores não deveria ficar sob a responsabilidade de funcionários administrativos, e sim de antropólogos. Aguirre Beltrán defendeu esta prática. Para ele, os administradores deveriam ficar subordinados aos antropólogos, porque a meta a ser alcançada era a integração e o desenvolvimento de uma região, de seus recursos e de seus habitantes, visto que os especialistas em ciências sociais seriam os mais capazes para tratar dos problemas de convivência que surgem do contato entre grupos humanos que participam de culturas diferentes (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 180). A ação indigenista, segundo Aguirre Beltrán, deveria ser posta nas mãos de cientistas sociais porque seriam estes profissionais que poderiam melhor garantir o uso de medidas racionais, cientificamente experimentadas, na indução da mudança (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 182).

Podemos perceber, claramente, o discurso desenvolvimentista da época. Aguirre Beltrán se posicionou contrariamente ao relativismo cultural quando este se tornou inibidor da ação indigenista desenvolvimentista, cujo propósito seria intervir nas formas de vida das comunidades indígenas “subdesenvolvidas”, adotando medidas que possibilitassem a superação das condições de atraso e permitissem a integração regional e nacional.

Aguirre Beltrán destacou também que a ação indigenista teria um papel regulador e protecionista daquelas comunidades, ao ressaltar que as políticas indigenistas deveriam impedir a exploração da comunidade por indivíduos e grupos políticos e econômicos poderosos e garantir sua proteção em relação às condições de trabalho e seguridade social. Contudo, também afirma que a intenção não era a preservação das culturas indígenas, mas sim a sua mudança para que se integrassem à nação. (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 181).

Os desdobramentos da Revolução Mexicana e o desenvolvimento econômico do México impuseram novos mecanismos de integração regional, entre as comunidades indígenas e os centros urbanos mestiços. Aguirre Beltrán estava preocupado com este processo e afirmou que o seu estudo do contato contemporâneo tinha como objetivo descobrir os mecanismos e as normas da mudança e analisar as ações a serem empreendidas para acelerar o processo e a conduzi-lo no sentido da “mais justa integração nacional” (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 22).

Aguirre Beltrán destacou, diversas vezes, o trabalho pioneiro de Gamio em sua pesquisa sobre a população do Vale de Teotihuacan, uma vez que, pela primeira vez, tinha levado em conta toda a população – indígena e não indígena – estabelecida numa ampla zona geográfica (AGUIRRE BELTRÁN, 1992, p. 22). As pesquisas de campo de Aguirre Beltrán o levaram a concluir que o mundo comunitário indígena foi instrumento e resultado de um triplo processo de subordinação, exploração e exclusão e que, desta forma, o fim da sujeição cultural indígena estaria ligado à desaparecimento das instituições tradicionais do poder comunitário. Para Aguirre Beltrán, estas instituições que, para os índios, eram mecanismos de defesa, também eram permanências do período colonial que perpetuavam a

discriminação. Estas ideias foram primeiramente explicitadas em seu livro “*Formas de gobierno indígena*” (1991 – Primeira edição 1953). Este ponto talvez seja um dos mais polêmicos de sua obra. Adotando uma postura profundamente liberal, afirma que as instituições comunitárias indígenas devem ser abandonadas e a estrutura política e social indígena deve adotar a organização política municipal, onde não haveria distinções ou privilégios entre índios e mestiços, somente direitos e deveres compartilhados por todos os cidadãos (PEÑA, 1995, p. 198).

Aguirre Beltrán reiterou que o indigenismo não estava destinado a procurar a atenção e o melhoramento do indígena como sua finalidade última, mas sim como um meio para a consecução de uma meta muito mais valiosa: o avanço e o êxito da integração e desenvolvimento nacionais, sob normas de justiça social, em que o índio e o não índio fossem considerados cidadãos livres e iguais. A política indigenista defendida por Aguirre Beltrán se opunha aos resquícios coloniais de exclusão e dominação numa perspectiva que poderíamos aproximar com o pensamento liberal. A política indigenista do Estado mexicano se posicionou retoricamente como um discurso de respeito e valorização das culturas indígenas e de oposição à supressão e eliminação das culturas indígenas, contudo as instituições responsáveis pela política indigenista promoveram ações e pesquisas etno-históricas visando à estruturação dos mais eficazes mecanismos de aculturação, posicionando-se contrariamente à heterogeneidade cultural que impedissem o processo de construção de identidade e unidade nacionais.

Salientando, mais uma vez, os objetivos principais da política indigenista, podemos destacar o desenvolvimento econômico e social das diversas regiões que reforçaria a cultura mestiça. A mestiçagem, como elemento da nacionalidade, forçou um processo intensivo de integração. As diversas políticas do Estado mexicano só poderiam privilegiar ações que valorizassem o sentimento de pertencimento à nação, a identidade nacional mexicana. Qualquer valorização de identidades locais ou sentimentos de pertencimento às comunidades locais eram vistos com muitas reservas. Isto gerou muitas críticas e questionamentos, uma vez que a política indigenista oficial não via com bons olhos qualquer iniciativa que pregasse a autonomia

das culturas indígenas. Para o indigenismo oficial, qualquer política de valorização das identidades étnicas indígenas poderia reproduzir a exclusão e as relações de assimetria.

As ações indigenistas foram ligadas, portanto, às ideias de mudança cultural para a integração à “grande comunidade nacional”. Sem dúvida, isto ocorreu, no decorrer dos anos de 1950 e 1960, numa conjuntura nacional desenvolvimentista que hoje é profundamente criticada. Os movimentos sociais contemporâneos se rebelaram contra esta postura, valorizando a conquista dos direitos de organização e representação dos diversos grupos étnicos indígenas.

A representação hegemônica da nação no México, até meados dos anos de 1970, foi marcada pelo papel protagonista do indigenismo em suas diversas políticas de integração. Segundo o pensamento da época, pretendia-se legitimar essa integração através de mecanismos respaldados em argumentos ditos científicos ligados à antropologia aplicada e à ideia de progresso. (NAVARRETE, 2004, p. 108). Esta política passou a ser, a partir do final dos anos de 1960, crescentemente contestada e questionada pelos novos movimentos intelectuais e pelos movimentos indígenas.

Entre a intelectualidade mexicana, destacamos a crescente oposição ao governo mexicano no decorrer dos anos de 1960. Segundo Javier Garciadiego (2010) a partir da revolução cubana e suas conquistas nos momentos iniciais, as políticas geradas pela Revolução mexicana foram criticadas por não terem gerado, a longo prazo, mudanças significativas. Houve o recrudescimento do movimento estudantil e dos movimentos de trabalhadores e as reações do governo foram muito fortes.

Viviam-se momentos de tensão entre setores mais à esquerda da intelectualidade e o governo. Isto pode ser destacado a partir da prisão do pintor David Alfaro Siqueiros que foi perseguido sob a acusação de “dissolução social” por ser o presidente do Comitê de Presos Políticos e de Defesa das Liberdades democráticas. Ficou 4 anos aprisionado, sendo libertado em 1964.

Durante o governo de Gustavo Díaz Ordaz Bolaños (1964-1970), houve o crescimento das manifestações estudantis que se intensificaram em

1968, às vésperas dos Jogos Olímpicos que iriam ocorrer na cidade do México naquele ano. Quando o campus da Universidade Nacional Autônoma do México foi ocupado pelas tropas do exército e os estudantes foram espancados e detidos de forma indiscriminada, seguiram-se greves estudantis de protesto por todo o país. Numa de suas manifestações, em 2 de outubro de 1968, os estudantes fizeram uma passeata pelas ruas da cidade do México e no final daquela tarde se concentraram na Praça das Três Culturas em Tlatelolco. Faltavam dez dias para o início dos Jogos Olímpicos. Ao entardecer forças do exército e da polícia cercaram a praça e abriram fogo contra a multidão. Não se sabe até hoje o número de mortos, mas algumas fontes relatam um número entre 200 e 300 mortos. Elena Poniatowska (1999), em seu livro *a Noite de Tlatelolco*, aborda este acontecimento também conhecido como o massacre de Taltelolco. A ruptura entre setores da intelectualidade e governo se aprofundou a partir daquele acontecimento. Em sinal de protesto à repressão imposta pelo governo aos estudantes, Octavio Paz renunciou ao cargo de embaixador do México na Índia. O governo que se seguiu, o de Luis Echeverría (1970-1976) buscou uma reaproximação com a intelectualidade e os setores universitários. Seu governo permitiu, por exemplo, o asilo de diversos intelectuais e políticos sul-americanos que eram perseguidos pelas ditaduras militares da época, mas a política interna não deu sinais de grandes mudanças. Nova crise e ruptura surge quando da intervenção no jornal *Excelsior* e da demissão de seu editor chefe Julio Scherer Garcia. Em protesto, Octavio Paz que dirigia a *Revista Plural* juntamente com os demais intelectuais envolvidos com a revista pediram demissão. Surgiram então o semanário *Processo* dirigido por Julio Scherer e a revista *Vuelta* dirigida por Octavio Paz.⁵

Em relação ao indigenismo, surgem, no meio acadêmico, diversas vozes críticas à política indigenista. Este movimento é formado por professores universitários, historiadores, antropólogos e linguistas que

⁵ Esta crise política e os posicionamentos dos intelectuais que contribuíram para as revistas *Plural* e *Vuelta* têm sido estudados por Silvia Cesar Miskulin que desenvolveu o tema em sua pesquisa de pós-doutorado.

atuavam principalmente na Universidade Autónoma do México e na Universidade Iberoamericana (AGUIRRE BELTRÁN, 1983, p. 195). A crise vivida pelo México no final dos anos de 1960, também se irradiava para os fundamentos da investigação e ação antropológicas aplicadas aos povos indígenas. Um livro, publicado em 1970, foi marcante neste processo. Nos referimos ao livro *De eso que llaman la Antropología Mexicana* com textos de Arturo Warman, Margarita Nolasco Armas, Guillermo Bonfil Batalla, dentre outros.

Como o próprio nome do livro aponta, as críticas se direcionavam à antropologia, voltada para a solução de problemas práticos relacionados à integração dos povos indígenas, a chamada antropologia aplicada. Margarita Nolasco Armas fez uma crítica severa a esta antropologia que era profundamente associada ao indigenismo. Segundo a autora, o indigenismo não atacou as causas estruturais do problema indígena e continuava trabalhando, exclusivamente, com os seus efeitos mais aparentes relacionados às diferenças culturais, à fragmentação social e aos baixos níveis de desenvolvimento, sem lidar com os problemas relacionados com as relações de produção, as estratificações de classe e étnicas e a permanência da situação colonial. Além disso, destaca que, caso houvesse um verdadeiro interesse em resolver o problema indígena, o indigenismo teria que se reformular, ou seja, o indigenismo teria que deixar de ser um mecanismo colonial para se transformar num indigenismo de liberação (NOLASCO ARMAS, 1981, p. 82).

Para os antropólogos críticos, os antropólogos indigenistas aceitaram a situação de dominação e a única solução que viam era evolutiva, levando ao extremo a situação colonial (NOLASCO ARMAS, 1981, p. 83). Para estes críticos, o indigenismo era uma antropologia aplicada colonialista voltada para a solução de problemas dos grupos dominantes e para a manipulação das massas. Em oposição, defenderam uma antropologia crítica que estaria voltada para a análise das relações de poder que permitiria conhecer as relações assimétricas dos grupos étnicos indígenas e mestiços e poderia prever soluções que estivessem além do sistema estrutural que impunha este conjunto de relações (NOLASCO ARMAS, 1981, p. 84).

As ciências sociais como um todo estavam passando, naquele momento, por um processo de análise crítica. Se relatamos aqui alguns fatores internos, no caso do México, também não podemos deixar de reconhecer que há também fatores externos. Vários cientistas sociais dos países que lutaram pela independência na África e na Ásia se voltaram para a análise de seus problemas decorrentes das independências e da descolonização. Também não podemos deixar de destacar a influência do pensamento revolucionário marxista. Estas correntes críticas adquiriram papel de destaque na reformulação das teorias das ciências humanas no decorrer daqueles anos.

Guillermo Bonfil Batalla, outro antropólogo crítico, questionou a manutenção das ideias indigenistas de integração. Para ele a meta do indigenista era o desaparecimento do índio, postura respaldada por um profundo etnocentrismo (BONFIL BATALLA, 1981, p. 90). Para Bonfil Batalla, a diversidade cultural não é incompatível com a ideia de nação. Para a construção de um estado pluricultural, defendeu a necessária liberação dos grupos étnicos do sistema de relações assimétricas imposto pela sociedade dominante (BONFIL BATALLA, 1981, p. 100).

A partir do final dos anos de 1960, a política indigenista também passou a ser cada vez mais contestada por uma crescente conscientização indígena e novas formas de mobilização indígena. Diversos grupos étnicos mexicanos mantêm, atualmente, formas renovadas de identidade étnica rechaçando a ideia de nação imposta pelas elites mexicanas através das políticas indigenistas. Seu objetivo primordial, que era a integração total das comunidades indígenas, não foi alcançado. Contestam os mecanismos de modernização que impõem a adoção de uma cultura plenamente ocidental e adotam formas alternativas de modernidade em que valorizam a manutenção ou a criação de identidades étnicas centradas nos valores éticos de solidariedade, de autonomia e vida comunal. Temos hoje novos discursos étnicos que ganharam mais força a partir dos anos de 1990. Podemos dizer que há uma “reinvenção” da questão indígena. Estamos falando hoje, não mais de comunidades isoladas que a antropologia tradicional estudava há décadas atrás, senão de uma realidade complexa de relações urbanas e rurais

em que há uma permanente confrontação entre tradição e modernidade. Os novos movimentos indígenas fazem uma severa crítica ao indigenismo. Do ponto de vista índio, o indigenismo era uma política incompetente que não podia oferecer opções viáveis para o progresso das culturas índias. O reconhecimento pelo Estado das demandas índias de multietnicidade, contudo, tem sido variável e gradual.

Muitos defensores do indigenismo não refletiram sobre o desenvolvimento de condições, tais como, a mobilidade, a comunicação de massa, a educação e a divisão do trabalho, que permitiram, aos diversos grupos étnicos, reproduzir suas etnicidades num novo patamar. Com isso, o projeto nacionalista de integração não pôde se completar com a expansão contínua da industrialização, ao contrário, a tecnologia e as comunicações, desenvolvidas por este mundo industrial, geraram e continuam gerando novas expressões de renascimento étnico com grande potencial.

Como resposta ao indigenismo, diversos movimentos têm surgido reivindicando a multietnicidade, ou seja, a pluralidade de culturas. Podemos constatar isto, por exemplo, na Declaração de Barbados, feita em 1971, durante um simpósio que discutiu a fricção interétnica na América do Sul não andina. Em 1978 foi elaborada a Segunda Declaração de Barbados que enfatizava o papel dos movimentos de liberação indígena na América Latina. A ideia de pluralidade se desenvolveu neste contexto. No caso do México, a noção de pluralidade está associada à ideia de reconhecimento e aceitação do fato de que o Estado mexicano é um país mais índio que mestiço.

Os novos movimentos sociais indígenas, que se desenvolveram no período, têm lutado por uma inserção efetiva na sociedade nacional não como cidadãos de segunda classe mas como sujeitos coletivos, exigindo a reformulação plena de todos os aspectos da vida nacional, como a legislação, a educação e os meios de comunicação. Neste processo de desenvolvimento das ideias pluralistas, a partir dos anos de 1970, houve, também, o florescimento de um pensamento indígena independente. No México, a partir das políticas educacionais associadas à política indigenista, houve o surgimento do intelectual índio. Surgiram, também, no decorrer das últimas

três décadas, diversas organizações indígenas. É neste contexto que surge, por exemplo, o movimento zapatista em meados dos anos de 1990.

Dentre os movimentos que tencionam o modelo de identidade nacional no México, o movimento zapatista é um dos mais proeminentes. Suas principais reivindicações são um exemplo incontestado dos desdobramentos da crise do indigenismo desencadeada no final dos anos de 1960 e no decorrer dos anos de 1970. Este movimento tem deixado claro que as diferenças culturais e étnicas não são incompatíveis com a ideia de nação.

Na luta pelo reconhecimento das demandas índias de multietnicidade, os *pueblos* índios e movimentos organizados reivindicam uma nova relação com o Estado. Um dos eixos de reivindicação dos representantes indígenas é a refundação do Estado mexicano, através de uma nova constituinte e a elaboração de uma nova constituição que reconheça os *pueblos* indígenas apagando toda visão integracionista. Ou seja, os movimentos indígenas reivindicam a livre determinação, contudo, esbarram, a todo o momento, com a resistência dos grupos sociais dominantes e a inércia e imobilismo do sistema jurídico vigente.

No México, talvez, a mudança mais significativa do ideal tradicional de construir uma só nação, com a conseqüente negação da participação dos índios, foi o reconhecimento constitucional da etnicidade do país. Apesar do reconhecimento de alguns direitos, geralmente direitos culturais, outros direitos reivindicados, como os políticos, econômicos e sociais, são negados ao longo do próprio texto constitucional.

Como vimos, os movimentos étnicos indígenas do México têm de lidar, em diversos níveis, com as fortes permanências das práticas indigenistas que foram dominantes por mais de 70 anos. Os pesquisadores das ciências humanas, incluindo certamente os historiadores, têm um papel importante na discussão dos caminhos para o reconhecimento das diferenças e o convívio pluricultural.

Referências

- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *Aguirre Beltrán: obra polémica*. México, D.F.: SEP; INAH, 1976.
- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *El proceso de aculturación y el cambio socio-cultural en México*. 4ª ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1992. (Obra Antropológica) (Primeira edição – 1957).
- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *Formas de gobierno indígena*. 3a. ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991. (Obra Antropológica) (Primeira edição – 1953).
- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. Indigenismo en México: confrontación de problemas. In: MEDINA, A.; GARCÍA MORA, C. (Eds.). *La quiebra política de la antropología social en México (Antología de una polémica)*. I. La impugnación. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.
- AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *La población negra de México*. Estudio etnohistórico. 3a. ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1989. (Obra Antropológica).
- BONFIL BATALLA, Guillermo. Do indigenismo da Revolução à antropologia crítica. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard (Orgs.). *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1981.
- CASAS MENDOZA, C. A. *Nos olhos do outro: nacionalismo, agências indigenistas, educação e desenvolvimento, Brasil-México (1940-1970)*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- GARCIADIEGO, J. Los intelectuales y la Revolución Mexicana. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina II: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.
- NAVARRETE, F. *Las relaciones interétnicas en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

- NOLASCO ARMAS, Margarita. A antropologia aplicada no México e seu destino final: o indigenismo. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard (orgs.). *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora, 1981.
- PEÑA, Guillermo de la. Gonzalo Aguirre Beltrán: historia y mestizaje. In: FLORESCANO, Enrique e PÉREZ MONFORT (comps.). *Historiadores de México en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- PONIATOWSKA, Elena. *La noche de Tlatelolco (Testimonios de historia oral)*. México: Era Ediciones, 1999.
- SÁNCHEZ, Consuelo. *Los Pueblos Indígenas: del Indigenismo a la Autonomía*. México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1999.